

**CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 168.436 - MG (2019/0284505-9)**

**RELATOR** : **MINISTRO MARCO BUZZI**  
**SUSCITANTE** : **CONVEN SERVICOS,TRANSPORTES E GUINDASTES EIRELI - EM - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**  
**ADVOGADOS** : **MARCELO AUGUSTO SANTOS TONELLO E OUTRO(S) - MG075425**  
**SERGIO AUGUSTO SANTOS RODRIGUES - MG098732**  
**AMANDA TORQUATO DUARTE - MG157788**  
**CAMILA COSTA PEIXOTO - MG163110**  
**SUSCITADO** : **JUIZO DE DIREITO DA 1A VARA CÍVEL DE BRUMADINHO - MG**  
**SUSCITADO** : **JUÍZO DA 5A VARA DO TRABALHO DE BELO HORIZONTE - MG**  
**INTERES.** : **JOSE GERALDO RODRIGUES PEREIRA**  
**ADVOGADOS** : **CASSIA MARIA DE FREITAS - MG069337**  
**JESSICA ARIANA DA SILVA - MG136544**  
**BIANCA REIS DE SOUZA - MG090353**

**DECISÃO**

Cuida-se de conflito positivo de competência instaurado por **CONVEN SERVIÇOS TRANSPORTES E GUINDASTES LTDA. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**, apontando como suscitados o Juízo de Direito da 1.<sup>a</sup> Vara Cível de Brumadinho/MG, onde se processa a recuperação judicial da suscitante, e o Juízo da 5.<sup>a</sup> Vara do Trabalho de Belo Horizonte/MG, no qual tramita a Reclamação Trabalhista n.º 0010057-97.2016.5.03.0005, movida por José Geraldo Rodrigues Perreira.

Alega que em **13/05/2015** foi deferido seu pedido de recuperação judicial pelo r. Juízo de Direito da 1.<sup>a</sup> Vara Cível de Brumadinho/MG - Processo n.º 0090.15.000.553-7 - com posterior suspensão de atos executórios relativos a créditos trabalhistas.

Aduz, contudo, que, vencido o prazo de suspensão previsto no art. 6.º, da Lei n.º 11.101/2005, o r. Juízo da 5.<sup>a</sup> Vara do Trabalho de Belo Horizonte/MG decidiu retomar os atos executórios (fls. 1.453, 1.606-1.611).

Sustenta a recuperanda, porém, que a competência para determinar atos de execução sobre o seu patrimônio é do juízo da recuperação judicial, mesmo depois de ultrapassado o referido prazo de suspensão, conforme exegese do art. 3.º, da Lei n.º 11.101/2005, que reputa pacificada na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

Diante disso, postula, **liminarmente**, o sobrestamento da reclamação trabalhista com a consequente designação do Juízo da 1.<sup>a</sup> Vara Cível de Brumadinho/MG para decidir sobre a destinação dos valores apurados.

**No mérito**, requer a declaração da competência do juízo universal para determinar atos executórios do crédito reconhecido na demanda trabalhista, em curso na 5.<sup>a</sup> Vara do Trabalho de Belo Horizonte/MG.

Às fls. 1.625-1.627 este signatário deferiu, em parte, o pedido liminar a fim de sobrestar quaisquer determinações constritivas/expropriatórias que, nos autos da Reclamatória Trabalhista n.º 0010057-97.2016.5.03.0005, em curso no r. Juízo da 5.<sup>a</sup> Vara do Trabalho de Belo Horizonte/MG, afetem o patrimônio da suscitante, e **designar** o Juízo da Recuperação Judicial da 1.<sup>a</sup> Vara Cível de Brumadinho/MG para resolver, em caráter provisório, eventuais medidas urgentes, até ulterior deliberação deste relator.

Prestadas as informações (fls. 1.632-2.180 e 2.182-2.188), o MPF opinou pela declaração de competência do r. juízo da recuperação judicial (fls. 2.190-2.193).

É o relatório.

**Decide-se.**

1. Inicialmente, destaca-se a competência deste Superior Tribunal de Justiça para o exame do presente incidente, uma vez que envolve juízos vinculados a Tribunais diversos, nos termos do que dispõe o artigo 105, inciso I, alínea "d", da Constituição Federal.

2. Uma vez iniciada a recuperação judicial, **é mister que os atos constritivos aos ativos da sociedade sejam submetidos ao Juízo Recuperacional, sob pena de esvaziamento dos propósitos da recuperação**, mesmo após transcorrido o prazo de 180 dias (art. 6º, § 4º, da Lei 11.101/2005). Nesse sentido, vale conferir os seguintes julgados:

AGRAVO INTERNO NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. CRÉDITOS TRABALHISTAS. PENHORA ANTERIOR.

1. Encontra-se pacificado na jurisprudência desta Corte o entendimento de que, deferido o pedido de recuperação judicial, as ações e execuções trabalhistas devem prosseguir no âmbito do juízo universal, mesmo nos casos de penhora anterior ou naqueles em que ultrapassado o prazo de suspensão de que trata o artigo 6º, § 4º, da Lei 11.101/2005.

2. Agravo interno não provido.

(AgInt no CC 146.036/RS, Rel. Ministro **RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 14/09/2016, DJe 20/09/2016)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. EXECUÇÃO DE CUSTAS JUDICIAIS NO ÂMBITO TRABALHISTA. NATUREZA FISCAL. DEFERIMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO FISCAL. NÃO OCORRÊNCIA. ART. 6º, § 7º, DA LEI Nº 11.101/05, COM A RESSALVA NELE PREVISTA. PRÁTICA DE ATOS QUE COMPROMETAM O PATRIMÔNIO DO DEVEDOR OU EXCLUAM PARTE DELE DO PROCESSO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL.

IMPOSSIBILIDADE. POSSIBILIDADE DE PARCELAMENTO. COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. PRECEDENTES.

1. Em regra, uma vez deferido o processamento ou, a fortiori, aprovado o plano de recuperação judicial, revela-se incabível o prosseguimento automático das execuções individuais, mesmo após decorrido o prazo de 180 dias previsto no art. 6º, § 4, da Lei 11.101/2005. Precedentes.

(...) (AgRg no CC 116.594/GO, Rel. Ministro **LUIS FELIPE SALOMÃO**, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 14/03/2012, DJe 19/03/2012)

**E ainda:** CC 131.894/SP, Rel. Ministro **RAUL ARAÚJO**, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 26/02/2014, DJe 31/03/2014; CC 146.657/SP, Rel. Ministro **MOURA RIBEIRO**, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 26/10/2016, DJe 07/12/2016.

**3.** Do exposto, com fundamento no art. 955, parágrafo único, do NCPC c/c Súmula n.º 568/STJ, **conheço** do presente conflito e, por conseguinte, declaro a competência do r. Juízo de Direito da 1.ª Vara Cível de Brumadinho/MG (juízo da recuperação judicial), para a prática de quaisquer atos constitutivos/executórios sobre o patrimônio da empresa recuperanda, relativos à Reclamação Trabalhista n.º 0010057-97.2016.5.03.0005, ajuizada por José Geraldo Rodrigues Pereira, em trâmite perante o Juízo da 5.ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte/MG, bem como para exercer o controle sobre bens e valores pertencentes à suscitante, que eventualmente ainda permaneçam bloqueados/arrecadados nos referidos autos.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI  
Relator